

FERNÁNDEZ, Pura. *Mujer pública y vida privada: del arte eunuco a la novela lupanaria*. Suffolk: Tamesis, 2008. 304 p.

Fernanda Andrade do Nascimento Alves*

Em *Mujer pública y vida privada*, a pesquisadora espanhola Pura Fernández faz um verdadeiro trabalho de arquivo em que documentos e textos literários são lidos com o mesmo propósito: evidenciar o teor ideológico de leis, doutrinas, romances, isto é, de todo um imaginário social e cultural relacionado à gestão social do corpo feminino ao longo do século XIX. A autora recupera tratados de medicina, livros de difusão científica, leis, textos literários, isto é, todo um campo discursivo cujo assunto é o comércio sexual entre 1843 e 1900 na Espanha, enfatizando o reinado de Isabel II, em que nasce uma nova literatura nacional, mas não deixa de recuperar a influência francesa e inglesa.

Centrando-se na figura da “mulher infame” que emerge no século retrasado, invade as letras do período e torna-se uma heroína moderna – eternizada por personagens como Marguerite Gautier, de Dumas; Emma Bovary, de Flaubert; Nana, de Zola –, Fernández refere-se à “indústria de mal viver” como um elemento de atração para os leitores, destacando tanto a rentabilidade ficcional de temas como “los recovecos morales y sociales de la marginalidad” quanto à repressão social destinada às prostitutas. Assim, evidencia a profunda fratura que separava a moral privada e a moral pública: a ortodoxia moral relegando a mulher à condição de esposa fiel no espaço privado (mulher angelical) e, por outro lado, o vício e o crime da mulher de vida pública (mulher demoníaca), da qual dão conta os diversos romances realistas publicados na Espanha e comentados pela crítica.

Assim, o debate em torno dos limites entre o público e o privado migra do social para o literário: os espaços “velados à luz pública” interessam não só aos manuais de divulgação científica, aos tratados higiênicos, mas também à literatura. A mulher pública é a prostituta cujo corpo está sob o controle do Estado, isto é, está regulado pelas leis de higiene e prostituição tolerada. Se a mulher se projeta em seu esposo, já que o matrimônio une as duas almas na doutrina católica, ficando representada a vontade do ser mais inteligente – o homem –, a mulher pública não pode projetar-se na figura masculina: em lugar do sobrenome do esposo, o apelido com o qual ingressa nas filas da prostituição, respaldada pelo aparato médico-legal da época.

Fernández mostra como o nascimento da disciplina higiênico-social atribui às cortesãs um papel “sanitário”, distinguindo-as das mulheres adúlteras. Logo, se as esposas que traem a instituição familiar são consideradas totalmente transgressoras, as prostitutas são vistas como “instrumentos higiênicos”. O vocabulário médico, que evidencia uma vontade normalizadora, disciplinadora, dissemina-se por outros discursos, inclusive o literário. O corpo da mulher é também o espaço literário da exclusão, associado aos deserdados, aos miseráveis, que também vão povoar a literatura realista do XIX.

A autora recorre a documentos que demonstram o interesse do Estado por zelar pela saúde pública e pela higiene, daí as leis que regulam a prostituição em Madri e que se sustentam, por sua vez, em discursos científicos e médicos a respeito da sexualidade. Para Fernández, esse é um prato cheio para os romancistas da época, pois lhes permite explorar novas possibilidades psicológicas da figura feminina no espaço público, à margem do ordenamento social, moral e religioso. A prostituta é, em toda essa produção que a autora chama de “lupanaria”, um personagem que permite vislumbrar a conexão – e ao mesmo tempo separação – entre a moral privada e a pública; entre o discurso moral e sexual masculino e as normas de saúde e higiene pública vigentes à época.

Recuperando romances publicados a partir de 1843, a autora registra a passagem de uma “literatura tísica”, pertencente ao período pós-romântico, a uma “literatura sifilítica”, do realismo. Destaca a figura da mulher caída, redimida pelo amor; a da prostituta nata ou patológica, encarnada pela “*femme fatale*”; a da adúltera, isto é, variações de uma mesma temática; a da “mujer de historia”, a conduta desviante do corpo feminino – o corpo-objeto –, o corpo para o outro. Seduzida, adúltera e prostituta se reúnem todas sob o signo da infâmia.

Fernández destaca justamente como o romance realista do XIX prefere essa temática anômala, o comportamento da mulher pública, que dissolve a moral estabelecida, mostrando que esse panorama literário está alimentado ideologicamente pelas teorias da biologia sexual, da fisiologia, de modo que os romancistas buscam “desvelar las enfermedades secretas del individuo y de la sociedad a través del análisis de la prostitución tolerada y clandestina, eje argumental de la novela lupanaria que captura la imagen de la otra realidad que anida trás el escaparate victoriano”.

Desse modo, para a autora, o tema da prostituição permite inserir no âmbito público o que estava, no plano social, relegado à esfera privada – os comportamentos morais e sexuais –, seja por sua regulação por meio das instituições administrativas, seja por sua representação literária.

Leis, manuais de higiene, livros de medicina, artes plásticas, literatura: é este o imenso acervo de que se vale Fernández para relacionar moral pública e privada com base na gestão do corpo feminino ao longo do século XIX. Trata-se de um imenso esforço de pesquisa documental em busca desse campo discursivo, em que a autora oferece inúmeras referências bibliográficas que fundamentam sua sólida pesquisa.

Nota explicativa

* Doutoranda em Teoria e História Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

Recebida em: 16 de outubro de 2013

Aprovada em: 10 de abril de 2014